

## “TODA MULHER É MÃE”: REFLEXÕES DECOLONIAIS A PARTIR DE UMA MATÉRIA JORNALÍSTICA DO FINAL DOS ANOS 90

Jirlany Marreiro da Costa Bezerra<sup>1</sup>  
Lisânia Ghisi Gomes<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por finalidade discutir a perspectiva decolonial através de uma matéria jornalística dos anos 90, cuja narrativa baseia-se no posicionamento colonial sobre a mulher. Nesse sentido, o artigo está estruturado em três partes. Em um primeiro momento um breve histórico do jornal onde o texto foi publicado. Posteriormente, aspectos da colonialização, uma passagem pela imprensa brasileira no século XIX e XX e por fim reflexões decoloniais, para isso, foram utilizados alguns pensamentos dos teóricos Walter Mignolo (2008), Aníbal Quijano (1992), Nelson Maldonado (2007), entre outros com fins de debater questões fundamentais da decolonialidade.

**Palavras-chave:** Colonialidade, Decolonialidade, Imprensa, Mulher.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Além de dividirmos esse momento de realizar o curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI), na Universidade Federal do Acre (UFAC), somos duas mulheres que também têm como ponto em comum a maternidade. Acreditamos que por esse motivo, a escolha da matéria jornalística “Toda mulher é mãe”, que será analisada no decorrer deste trabalho, não foi em vão. Afinal, escolhas não são em vão.

Além do mais, a disciplina de Comunicação e Decolonialidade, que cursamos como alunas especiais, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Federal do Ceará (UFC), também nos fez compreender a importância de estarmos sempre em questionamento sobre o que a imprensa veicula sobre gêneros, sexualidades, corpos, raças, classes. Dessa forma, esse trabalho tem como proposta apresentar reflexões, a partir de uma perspectiva teórica decolonial, sobre o texto

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI), da Universidade Federal do Acre (UFAC). [jirlany.bezerra@sou.ufac.br](mailto:jirlany.bezerra@sou.ufac.br).

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI), da Universidade Federal do Acre (UFAC). [lisania.gomes@sou.ufac.br](mailto:lisania.gomes@sou.ufac.br).

jornalístico já mencionado, que foi divulgado em 08 de maio de 1998, no então jornal *Página 20*, que circulava na cidade de Rio Branco (Acre).

Entendendo que as discussões envolvendo a decolonialidade se relacionam com as diversas áreas da comunicação, pretendemos refletir ainda sobre como determinados produtos comunicacionais, nesse caso uma matéria jornalística, podem contribuir para a propagação de discursos dominantes e coloniais. Porém, ao ser analisado por um viés decolonial, percebemos a possibilidade de ampliar discursos outros, ressaltando modos de resistência, combate a ideais colonizadores, estruturas dominantes e ideias eurocêntricas.

### **BREVES INFORMAÇÕES SOBRE O PÁGINA 20 E A CULTURA 20**

Parte do histórico da imprensa no Acre, o jornal *Página 20* foi lançado em 05 de março de 1995 e ficou conhecido “O galinho bom de briga”, conforme apresenta Josafá Batista do Nascimento (2012), em sua pesquisa sobre a imprensa no estado acreano. Veiculado semanalmente, o periódico foi criado com a intenção de dar visibilidade às candidaturas de políticos da Frente Parlamentar do Acre (FPA), que incluía pessoas filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de 1996, o jornal passa a ser semanal, com publicações de terça-feira a domingo e sempre com edições totalizando 20 páginas. Também em 1996, conforme informações apresentadas Luan Cesar de Oliveira e Wagner Costa da Silva, no artigo Convergência de mídias: considerações sobre o jornal *Página 20* e o site *Página20.Net*, o *Página 20* é o primeiro impresso de Rio Branco a ter um espaço virtual, “criando então o [pagina20.com.br](http://pagina20.com.br), onde era reproduzido totalmente a versão para internet” (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 5).

Na época, essa ação foi considerada um marco entre os meios de comunicação do Acre. Esse momento pode ser incluído no que se conhece como fase transpositiva do jornalismo online, o que quer dizer que o mesmo veículo do impresso era passado para a internet sem modificações. Após algum tempo, a plataforma virtual foi desativada e o internauta não possuía mais acesso aos conteúdos do jornal na internet. Em 2002, o site foi reativado com a intenção de manter os leitores que já não compravam mais jornal impresso. O conteúdo do *Página 20* impresso novamente era reproduzido no [pagina20.com.br](http://pagina20.com.br). (...) Ao perceber essa falha, o *Página 20* decide então se reinventar mais uma vez. Em 2012, surge o *Pagina20.net*. O

novo site foi hospedado em plataforma diferente e passou a ser gerenciado de forma mais dinâmica (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 5).

Também em 1996, a coluna *Cultura 20* começa a ser publicada. Com a primeira edição sendo veiculada no mês de julho, os textos eram divulgados quase sempre nas páginas 10 e 11 do periódico, inicialmente. Somente em agosto de 1998, a coluna passa a ocupar a última página do jornal. Além disso, contrariando cotidianamente as temáticas presentes em colunas culturais, a *Cultura 20* trazia assuntos diversos em suas páginas.

As edições destacavam temas envolvendo exposições artísticas, peças de teatro e shows musicais, até a divulgação de práticas esportivas, os processos eleitorais, com a publicação de matérias sobre candidatos políticos, além de materiais com características opinativas sobre os rios, o período de chuvas no Acre, a presença de crianças, mulheres e homens indígenas nas ruas da capital acreana, assim como também homenagens póstumas a profissionais que faziam parte do cenário artístico rio-branquense. Durante o período de julho de 1996 a outubro de 1999 [40 meses em circulação], os leitores do *Página 20* contaram com 693 edições da *Cultura 20* (GOMES, 2020, p. 83).

Junto a essa diversidade de publicações, os textos jornalísticos sobre datas comemorativas também faziam parte das edições da *Cultura 20*. Exemplo disso, é a publicação de 08 de maio de 1998, intitulada “Toda mulher é mãe”, e que abaixo traremos sua transcrição na íntegra:

Mas [sic] um Dia das Mães se aproxima, primeiro domingo de maio, e as mulheres estão em clima de festa porque, sem elas, a vida racional na terra não teria sentido, não teria razão de ser mesmo, não teria continuidade.

Toda e qualquer mulher é uma mãe em potencial. São elas que dão vida, e vida em abundância, para o velho planeta. Foram as mulheres que, em gestos de puro amor, encheram de vida os continentes, povoaram florestas e humanizaram a terra com gestos fidalgos. Mulher, o sol que nasce todo dia, a água que lava toda e qualquer sujeira.

Toda mulher é mãe, mesmo que não tenha filhos. É mãe da vida coletiva, da prosperidade, da fartura. São as mulheres que possuem este dom, este lado fértil da renovação natural da matéria, a colheita do trigo para a metamorfose do pão.

Mulheres índias, mulheres urbanas, mulheres trabalhadeiras, parideiras, seringueiras, mulheres imaculadas, santas, sem pecados.

Mulheres de outras galáxias, seres desconhecidos, vida em outros planetas. Eu ouvi as vozes do criador através dos gritos de uma mulher no parto.

Mulher, Dia das Mães, uma centelha de vida que se renova através do parto, uma chama sempre acesa, um universo infantil que pulsa, a primeira namorada. Mulher, mãe, o amor feito matéria visível.

“Mulher é bicho esquisito, todo mês sangra. Um sexto sentido de quem nada quer. Por isso não provoque, é cor de rosa choque. Gata borralheira, você é princesa, e nem só de cama vive a mulher...”, diz parte de uma linda canção de Rita Lee (GEORGE, 1998, p. 10).

Assim, diante das breves informações sobre o jornal *Página 20*, que atualmente não conta mais com circulação de forma impressa, tendo somente o site <https://www.paginanet.com.br/> ativo, antes de abordarmos as discussões por meio de uma perspectiva decolonial, se faz necessário caracterizarmos as ideias fundantes do colonialismo e da colonialidade para melhor esclarecermos as devidas comparações em relação à reportagem citada.

## ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO

A história entre os mundos é historicamente marcada pela invasão de grandes territórios e a subjugação de povos, onde prevaleceu o discurso de “grandes conquistadores”, que aqui compreendemos como exploradores, dominadores e colonizadores. A partir de suas visões eurocêtricas os outros povos e espaços eram considerados e tratados como inferiores, domesticáveis, colonizados. Dessa forma, os ideais do colonizador se estenderam por todos os espaços que sequencialmente iam sendo invadidos e que por meio de forças impositivas sobressaíram-se através dos séculos, constituindo o que se denominou de colonização.

O processo de colonização com o passar do tempo foi se reinventando a partir da formação de determinadas estruturas de poder, dominação e exploração sobre os ditos mais fracos. Com isso, a ocupação impositiva de espaços sociais, políticos e econômicos resultou na colonialidade. E através desses processos de dominação de ideias, a exploração dos colonizadores sobre os colonizados ganharam legitimação social e um viés de racionalização. Estas ideias originaram questões de raça, gênero, patriarcado, machismo, sexismo, por exemplo, configurando um sistema dominador que prevalece ainda hoje e que muitas vezes tentam “amenizá-lo” por meio de gestos e palavras, como é o caso da matéria citada acima e publicada na coluna *Cultura 20*.

É importante salientar que essa legitimação de poder é diferente em cada espaço e sociedade, tendo em vista que as estruturas sociais de cada local possuem arranjos distintos e por isso são adaptadas, bem como se contradizem em alguns aspectos com relação aos seus ideais. Desta forma, a colonialidade se funda nessas estruturas de poder e dominação, pois podemos observar nos discursos, nas reportagens e em grandes debates, por exemplo, os posicionamentos colonizadores e discriminatórios sobre populações outras, sobre a posição dos sujeitos, sobre os espaços que devem ser ocupados.

Portanto, de forma complementar trazemos para esse momento, um breve percurso histórico sobre a mulher no contexto social do Brasil, incluindo sua presença nos periódicos, partindo do século XIX e chegando ao século XX, período em que o texto jornalístico do *Página 20* foi divulgado. Na sequência iremos apresentar reflexões sobre como esse discurso secular presente na mídia, que apresenta um ideal de mulher, contribui para a ampliação de discursos colonizadores e estereotipados sobre a(s) mulher(es).

## **UMA PASSAGEM PELA IMPRENSA DO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX**

Conforme apresenta Maria Ângela D’Incao (2018), o Brasil no século XIX será um país que irá registrar mudanças sociais, econômicas e culturais. Nesse período o país se torna independente, a vida urbana aflora, o capitalismo se consolida e as famílias burguesas são reorganizadas socialmente. Porém este também será o período da escravidão, dos maus-tratos e da violência, principalmente, contra populações que não integram o grupo burguês da época. Ainda de acordo com a autora D’Incao (2018), no século XIX, a alta sociedade brasileira tem com referência em seu imaginário a nobreza de Portugal, além de uma vida marcada por evidentes diferenças sociais. A mulher burguesa, por exemplo, será valorizada por sua vocação familiar e maternal, assim como tal contexto trará como discurso dominante “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada a qualquer trabalho produtivo” (D’INCAO, 2018, p. 223).

As famílias brancas e ricas seguirão ocupando os espaços nas cidades em busca de um “melhor viver”. O espaço residencial terá como sinônimo termo como “lar” e “aconchego”, mas também será um local com limites impostos, margens imaginárias

vigentes, pois os empregados terão um espaço em específico nas residências burguesas. As mulheres da elite, também no século XIX passarão a frequentes espaços sociais, como bares, cafés e restaurantes, e os sentimentos ganharão mais evidência nos discursos literários e da imprensa da época. Mesmo assim, elas continuarão sendo vigiadas pelos pais e maridos, assim como serão educadas para se portar em ambientes públicos. O casamento será sinônimo de ascensão social, assim como uma forma de manter o status familiar e estará permeado de compressões sobre a mulher “ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa” (D’INCAO, 2018, p. 229).

O século XX, para as mulheres brancas e burguesas do Brasil, seguirá tendo discursos bastante semelhantes ao do século anterior. Temáticas como casamento, maternidade e dedicação ao lar seguirão sendo reforçadas no ambiente familiar, como também nos periódicos da época. Jornais e revistas femininas dão destaques para a moda, a vida no lar e dicas sobre o casamento, cuidado com os filhos e como agradar o marido.

As publicações que, aos olhos de quem vivencia o século XXI, parecem pertencer ainda ao século XIX, foram divulgadas, principalmente, durante o período dos Anos Dourados. A década de 1950, do século XX, que também vem ser marcada pela industrialização, avanço econômico, aumento das possibilidades educacionais e ampliação nas atividades políticas, mantém os discursos e ações vivenciadas no século passado, em se tratando da vida da mulher no Brasil. Além de reforçar padrões, as publicações da época traziam informações polarizadoras sobre as mulheres. Conforme explica Carla Bassanezi Pinsky (2018), as mulheres do século XX brasileiro serão divididas entre moças de família e moças levianas. ‘As revistas eram enfáticas em suas mensagens que garantiam a repressão aos comportamentos considerados desviantes e promíscuos’ (PINSKY, 2018, p. 612). Isso também é resultado das definições propagadas durante o século XX, que os estereótipos, violência e abuso contra as mulheres foram sendo naturalizados ao longo dos anos. (GOMES, 2020, p. 59).

Sobre mulheres outras, ou seja, aquelas que tinham corpos, cores e vidas divergentes às que eram tidas como padrão nos séculos XIX e XX, a disseminação de discursos junto aos periódicos será infinitamente mais violenta, segregadora e com viés de submissão e exploração. A mulher negra, por exemplo, será apresentada à imprensa da época a partir de textos e imagens que vão reforçar seus corpos como sem do algo a

ser consumido, explorado e violentado. Tais discursos serão reproduzidos em publicações do século XIX e perpetuados em anos seguintes. “Essas caracterizações conviveram durante muito tempo com a condição de alegoria da personagem negra, principalmente, a feminina, eternizada em papéis subalternos, desvinculada de laços familiares e destituída de história” (NEPOMUCENO, 2018, p. 404).

Autora da obra “Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira”, Dulcília Buitoni (2009) destaca que, em geral, os jornais e revistas veiculados no século XIX tinham duas abordagens temáticas: tradicionais, ou seja, produtos comunicacionais que defendiam discursos que reforçavam práticas domésticas, o casamento, maternidade e vida do lar; ou então progressistas. E serão esses periódicos, que também segundo Teles (2208), irão carregar publicações sobre os direitos das mulheres, principalmente, na área da educação.

Saltando para o século XX, este também será um período em que será dada sequência a discursos colonizadores, porém as revistas e jornais no Brasil vão ser influenciados por produções do cinema hollywoodiano. De acordo com Buitoni (2009), o corpo da mulher, as roupas, o corte de cabelo usado pelas artistas e as regras de “etiqueta” para as jovens debutantes, serão temas presentes nos periódicos que tinham como foco levar informações para mulheres no Brasil. Com textos envoltos por temáticas sentimentais, a mulher será percebida como aquele indivíduo destinado a se encaixar em padrões propostos para que a felicidade e a vida social sejam alcançadas. As imagens e textos reverenciando o corpo feminino heterossexual, branco e magro serão o modelo a ser seguido, assim como contribuirão para a constituição ideológica sobre o papel feminino na sociedade.

Importante destacar que durante os dois séculos, a imprensa no Brasil também irá contar com a circulação de jornais e revistas que amplificavam discursos de resistência diante às publicações estereotipadas da imprensa feminina. Serão discursos de contraponto às imagens e textos impostos pelos veículos de comunicação que se mantinham como referência na sociedade da época. Por meio da criação, edição e divulgação de novos jornais e revistas, mulheres negras, por exemplo, traziam seus discursos, imagens e suas reivindicações como protagonistas das publicações.

Sendo assim, a partir desse breve histórico conseguimos perceber como a imprensa destinava seus discursos às mulheres. Por meio de pautas que, em sua maioria,

evidenciavam temáticas sobre a beleza, o corpo, a maternidade e o ambiente doméstico, a imprensa contribuiu diretamente para a constituição de sentidos e práticas discursivas estereotipadas sobre a mulher. Segundo Buitoni (2009), a imprensa destinada às mulheres, entre os séculos XIX e XX, não tinha em seu cerne a informação, mas sim o objetivo de, por meio das publicações, convencer discursivamente como o público feminino [nesse caso, mulheres brancas, heterossexuais e integrante da classe dominante] deveria ser e estar perante a sociedade. Reforçando papéis, a mulher para a imprensa será aquela que figurará como um ser genérico diante da sociedade. Ela deverá, a partir das publicações em jornais e revistas, ser apenas aquela que seguirá sempre feliz em cumprir seus papéis já predeterminados socialmente, a partir de um discurso repleto de ilusões constituídas pela imprensa no Brasil.

## **REFLEXÕES DECOLONIAIS**

A escrita da história figura a ideia de que toda mulher é mãe ou deve ser mãe. E a imprensa, como espaço comunicacional integrante desse processo histórico-social-cultural, contribuiu para que esse discurso fosse propagado e escrito ao longo dos séculos. Ao observarmos o texto jornalístico “Toda mulher é mãe”, percebemos de maneira romantizada o papel da maternidade, assim como entendemos que o mesmo se configura como um discurso colonial estabelecido sobre a mulher.

Os processos que foram instituídos na colonização e colonialidade são/estão propagados na contemporaneidade de forma vertical em várias áreas do saber, do poder e do ser, como por exemplo a mulher e sua posição diante da sociedade, que ainda é vista com muito rigor nas práticas sociais (MALDONADO, 2007). O jornalismo, por integrar esse contexto social, histórico e cultural, também contribuiu (e ainda contribui) para que esses pensamentos fossem disseminados e reforçados.

Importante ressaltar que a imposição europeia sobre seu domínio colonial nas regiões e populações invadidas, fez com que estas localidades passassem por uma re-identificação, visto que foram impostas a essas regiões novas identidades geoculturais. Na produção dessas “novas identidades”, ocorreu um novo padrão de poder, o que sem dúvida concentrou a hegemonia e controle de todas as formas de ser, em especial sobre a produção do conhecimento e internalização da subjetividade do ser (QUIJANO, 1992).

Essas estruturas sociais de exploração e dominação ganham na atualidade novo nome ao adentrarmos no sistema capitalista de trabalho e difusão de matéria prima, bem como posição social dos sujeitos. E a mulher “mãe”, não foge a essa regra imposta por muitos séculos, cujo papel é o de ser apenas a genitora, a detentora e guardiã da sua prole. Esse ideal subjugado prevalece não apenas nos séculos XIX e XX, com ressaltado pela imprensa e brevemente descrito neste trabalho no item anterior, mas também nos dias vivenciados atualmente, em que o fazer diferente torna-se motivo de conflito e impacto perante os demais.

De outra forma, “cessada” a colonização e garantida a suficiência política, econômica e social das civilizações subalternizadas, o processo de decolonialidade compreendeu que houve de maneira parcial a exclusão dos discursos colonizadores, pois tem buscado a promoção do protagonismo desses indivíduos subalternizados social, histórica e culturalmente, como também nos meios de comunicação e na academia. Porém, observamos que essa tentativa de descolonização do pensamento é ainda algo que precisa ser insistentemente disseminado, pois trata-se de milhares de anos de subjugação e subjetivação de discursos impostos sobre o outro.

Importante destacar que essas estruturas de poder permeiam todos os sistemas sociais que envolvem a sociedade. E a mulher, parte desse contexto, será aquele indivíduo determinado a ser “mãe”, dócil, submissa, dedicada, amável, entre tantos outros adjetivos impostos a essa figura contemplativa sobre o que se espera da mulher. Porém, quando apresentada a partir de outra proposta, as críticas surgem como mecanismo resultante da internalização dos dispositivos da colonialidade. Dessa forma, é possível notar tal compreensão em trechos da matéria jornalista: “Toda e qualquer mulher é uma mãe em potencial”; “Toda mulher é mãe, mesmo que não tenha filhos”; “Foram as mulheres que, em gestos de puro amor, encheram de vida os continentes, povoaram florestas e humanizaram a terra” (GEORGE, 1998, p. 10), demonstrando assim o pensamento internalizado colonial esperado da mulher.

Nessas últimas décadas, é observado que a proposta decolonial empreende esforços no âmbito acadêmico e em outras áreas, como forma de reduzir os erros históricos em relação à fetichização, estigmatização e estereotipação de seres considerados periféricos e sujeitos inseridos nessa visão colonial. E a figura materna da mulher também tem passado por transformações e desconstruções necessárias, tendo em

vista que há posições e perspectivas feministas decolônias que debatem e desmontam essa colonialidade sobre a mulher, a maternidade e o ser mãe.

O texto “*Desobediência epistêmica: A opção decolonial e o significado de identidade em política*”, de Walter D. Mignolo propõem a desconstrução de conceitos já formulados, pois o autor propõe a desobediência epistêmica, ou seja, a possibilidade de sairmos do domínio da “[...] oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares” (MIGNOLO, 2008, p. 288).

Sendo assim, a afirmação do autor (2008) nos direciona a entendermos os diferentes discursos, propondo uma identidade em política, ou seja, “aprender a desaprender” (Mignolo, 2008, p. 290). Ainda, segundo Mignolo (2008), “precisamos desatar o nó, aprender a desaprender, e aprender a reaprender a cada passo” (MIGNOLO, 2008, p. 305).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Importante enfatizar que as aulas referentes à disciplina Comunicação e Decolonialidade foram bastante dinâmicas e desafiadoras, tendo em vista, o desconhecimento de fatos ocorridos na história e ocultados por narrativas imaginárias que tencionam apresentar fatos cujos interesses provinham daqueles que estavam à frente do poder. As abordagens metodológicas utilizadas em aula, por meio de imagens, discussões textuais e falas de convidados sobre determinados autores e temas envolvendo a decolonialidade imbricadas na comunicação, trouxeram inicialmente uma grande inquietação. No entanto, à medida que a proposta era de tentar dialogar, entender e conhecer os teóricos propostos, assim como a forma como a perspectiva decolonial pode ser importante para as discussões envolvendo a comunicação, foi possível entender as dinâmicas em relação aos conteúdos passados, contribuindo, desta maneira, para uma melhor compreensão das ideias.

Desta forma, as discussões apresentadas nesse texto e que tiveram como pano de fundo a matéria publicada no jornal Página 20, em maio de 1998, confirma como os dias de aula contribuíram para que percepções outras afluíssem em nós. Sendo assim, compreendemos a necessidade da promoção de outras produções epistemológicas, na

medida em que a subjetividade dos discursos amplia a enunciação dos fatos narrados por acadêmicos e jornalistas colonizadores. Costumes, dialetos, ações e organizações narradas por olhares e percepções contribui para a produção de uma visão totalmente diferente dos discursos já narrados – neste caso, de discursos já publicados. É preciso incentivar e divulgar as produções, pensamentos, ideias, questões decoloniais.

Entendendo a importância de amplificar esses saberes outros, que também percebemos, como mulheres e mães, a importância de questionar discussões históricas, culturais e sociais já cimentadas em nosso cotidiano. Pois será, a partir desses tensionamentos, que teremos condições de promover outros olhares e não ter como enunciado fixo somente aqueles que vão enfatizar que “Toda e qualquer mulher é uma mãe em potencial” ou “Toda mulher é mãe, mesmo que não tenha filhos”. Somos seres múltiplos, com vivências distintas.

É dessa maneira que a imposição, exploração histórica por parte dos colonizadores e diversos discursos surgidos e proferidos pelas ciências na modernidade são dotados de uma falsa perspectiva de progresso, que apenas oculta com siglas formais a visão triunfante do ocidente em relação à dominação das populações que foram invadidas, violentadas e dizimadas. Esse raciocínio tão sustentado até os dias de hoje necessita de maior cautela e mudanças. É preciso promover os pensamentos daqueles que estão à margem, trazer à tona tais vozes e saberes, seja por meio do ingresso midiático de teor comunicativo, como também dentro dos ambientes acadêmicos, espaços sociais, na cultura e história que segue sendo escrita por nós diariamente.

A propagação de enunciados fixos vai refletir na exclusão e ausência de representatividade. Ou seja, fará com que aqueles que não se aproximam do discurso ideal, sigam não se reconhecendo, sendo rejeitados, discriminados e violentados. Ao longo dos anos, a imprensa tem priorizado determinados corpos, cores, gêneros, contribuindo para a formação de representações pautadas em diferenças binárias, que foram formuladas diante de discursos dominantes, violentos e de exclusão.

Por fim, encerramos esse breve trabalho reflexivo com os pensamentos da Chimamanda Ngozi Adichie (2019), descritos na obra “O perigo de uma história única”, que além de nos apresentar as problemáticas seguirmos adiante somente com uma única versão, também nos coloca a refletir sobre tal situação, já que “a história única cria

estereótipos, e os problemas com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p. 26). Sendo assim, que possamos seguir questionando, refletindo e ampliando outros saberes, e pensamentos, como também vivenciando na multiplicidade, as perspectivas decoloniais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Julia Romeu. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GOMES, Lisânia Ghisi. *Representações no jornal Página 20: um estudo sobre mulheres negras na coluna Cultura 20*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2020.

GEORGE, Naylor. Toda mulher é mãe. *Página 20*, Rio Branco, 08 de mai. 1998.

NASCIMENTO, Josafá Batista do. *A imprensa acreana na batalha por hegemonia: estratégias de 1969 a 2006*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2012.

SILVA, Wagner Costa da; OLIVEIRA, Luan Cesar de. (2015). Convergência de mídias: considerações sobre o jornal Página 20 e o site Página20.Net. In: *Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*. ISSN: 2358-212X, 1(4). Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/422>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En livro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

## **“EVERY WOMAN IS A MOTHER”: DECOLONIAL REFLECTIONS FROM A JOURNALISTIC ARTICLE FROM THE LATE 90’S**

### **ABSTRACT**

This article aims to discuss the decolonial perspective through a journalistic article from the 90s, whose narrative is based on the colonial position on women. In this sense, the article is structured in three parts. At first, a brief history of the newspaper where the text was published. Later, aspects of colonialization, a passage through the Brazilian press in the 19th and 20th centuries and finally decolonial reflections, for this, some thoughts of the theorists Walter Mignolo (2008), Aníbal Quijano (1992), Nelson Maldonado (2007), among others with the purpose of debating fundamental issues of decoloniality.

**Keywords:** Coloniality, Decoloniality, Print, Woman.

Recebido em: 10/07/2022

Aprovado em: 05/11/2022